

“E, no entanto, a Terra se move” – O Mundo Contemporâneo: crises, permanências, rupturas e emergências

“And yet, the Earth moves” – The contemporary world:
crisis, permanences, ruptures and emergencies

Cesar Sanson – UFRN
Cimone Rozendo de Souza – UFRN
Douglas Araújo – UFRN
Marcos Antonio da Silva – UFRN

RESUMO

O artigo analisa a sociedade contemporânea procurando captar os sinais de crises, rupturas e emergências nela presentes. No que se refere às crises, destaca que esta possui múltiplas dimensões – econômica, ecológica, trabalho e cultural, entre outras, afetando a totalidade das ações humanas e conduzindo a uma ampla ruptura, ainda em andamento, nas relações sociais e políticas, além dos paradigmas explicativos. A estas crises e rupturas, emergem novos movimentos, sociais e culturais, que apontam para novas práticas e a possibilidade, ainda incipiente, de instauração de um novo padrão de vida social.

Palavras-chave: Sociedade. Crises. Emergências.

ABSTRACT

This paper examines contemporary society trying to capture the signs of crises, emergencies and disruptions within it. With regard to crises, stresses that this has multiple dimensions-economic, ecological, and cultural work, among others, affecting the totality of human actions and leading to a full rupture, still in progress in social and political relations, beyond explanatory paradigms. In these crises and breakthroughs, new movements emerge, social and cultural rights, which lead to new practices and the possibility, still nascent, the introduction of a new pattern of social life.

Keywords: Society. Crisis. Emergencies.

INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo assiste a mudanças profundas e substanciais. Configura-se uma etapa nova na sociedade mundial caracterizada pela evolução das forças produtivas, crescente integração dos mercados financeiros, erosão do Estado-Nação, fragilização do lugar da política, reestruturação do mundo do trabalho, redefinição do papel das instituições, novas formas de desenvolvimento das lutas políticas, entre outros aspectos. Este processo denominado comumente de globalização, entretanto, não se resume a mudanças estruturais de caráter socioeconômico e político. Essa transformação é acompanhada, sustentada e articulada por uma grande transformação ético-cultural e pela emergência de pensamento pós-colonial e novos paradigmas emancipatórios. Noções, conceitos, categorias e interpretações são subvertidas. As formas de vida coletiva existentes até hoje parecem, rapidamente, se esgotar.

Neste cenário está se forjando uma nova economia, novas formas de interação social, um novo mundo do trabalho, uma nova cultura, um novo tipo de indivíduo. Essas transformações em curso na sociedade mundial e o seu significado assumem diversas denominações na análise sociológica e política: sociedade pós-industrial, pós-fordista (LAZZARATO; NEGRI, 2001; NEGRI; HARDT, 2005; VIRNO, 2002; RULLANI; ROMANO, 1998), capitalismo cognitivo (VERCELLONE, 2005; COCCO; GALVÃO; SILVA, 2003), sociedade do conhecimento (GORZ, 2005), sociedade informacional (CASTELLS, 1999; LOJKINE, 1999), era do acesso (RIFKIN, 2005), segunda modernidade (GIDDENS, 2002), pós-social (TOURAINÉ, 2006), pós-modernidade (HARVEY, 1992), novo capitalismo (SENNETT, 2006), modernidade líquida (BAUMAN, 2001), hipermodernidade (LIPOVETSKY; CHARLES, 2004), sociedade do risco (BECK, 2010) e transição pós-moderna (SANTOS, 1995) são alguns conceitos, entre outros, que não expressam necessariamente uma oposição entre si, mas, antes de tudo, formas próximas para dar conta do conteúdo de um mesmo acontecimento: o enfraquecimento do paradigma da sociedade industrial ou da modernidade.

A formulação de Gramsci (2001) pensada na efervescência das lutas operárias “de que o velho está morrendo e o novo ainda não nasceu” presta-se ao tempo que vivemos, ou seja, a percepção de que as rupturas em curso manifestam que o velho mundo – a primeira modernidade – está morrendo, porém o novo ainda não nasceu. O mundo está diante de rupturas estruturais e não apenas conjunturais. Essas rupturas manifestam-se na economia via hegemonia do capital financeiro, no enfraquecimento do modelo político consolidado no pós-guerra, na crise ecológica anunciada pela radicalidade das mudanças climáticas, nas mudanças estruturantes do mundo do trabalho fordista, nas relações sociais que prenunciam novas formas de interação e do viver coletivamente e, mais recentemente, na crise do modelo neoliberal em seu centro.

Os novos tempos, entretanto, não são apenas de rupturas, mas também de emergências que se já se encontram no bojo dessas mesmas crises: a emergência de novos paradigmas emancipatórios e de novas práticas políticas.

O presente artigo procura apresentar uma breve síntese do caráter das crises e rupturas em curso, sem a pretensão de esgotar o tema, e anunciar os contornos das emergências já presentes na trama societária. Para tanto, estrutura-se da seguinte forma. Em primeiro lugar, apresenta as múltiplas dimensões da crise global, discutindo sua natureza, forma e os desafios

que emergem em diversos planos de compreensão e intervenção na mesma. Em seguida, apresentamos alguns elementos que permitem a constatação das emergências, discutindo seus limites e potencialidades.

CRISES E RUPTURAS: UM OLHAR SOBRE AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA CRISE GLOBAL

Como afirmamos anteriormente, a crise contemporânea apresenta, além de certo grau de dramaticidade, diferentes planos que afetam sua compreensão e podem ofuscar suas consequências. Os aspectos fundamentais, ainda que não todos, podem ser constatados nas seguintes dimensões.

CRISE ECONÔMICA: PULVERIZAÇÃO DA DICOTOMIA ENTRE CAPITAL PRODUTIVO *VERSUS* CAPITAL FINANCEIRO

O mundo está confrontado com uma das maiores crises que o capitalismo já assistiu. As análises, interpretações e diagnósticos sobre a crise econômica mundial a caracterizam via de regra, como uma crise cíclico-sistêmica, isto é, por um lado, as crises não são fenômenos estranhos ao capitalismo, mas uma de suas características fundamentais como afirmava Marx; por outro lado, em alguns momentos, essas crises cíclicas assumem um caráter sistêmico, ou seja, contaminam o conjunto da economia global e atingem indistintamente o capital financeiro e produtivo. O caráter cíclico-sistêmico da atual crise estaria associado, em grande medida, as consequências da aplicação do receituário neoliberal. A excessiva liberalização das finanças, livre de qualquer regulamentação, desgarrada do capital produtivo – o dinheiro que gera dinheiro do nada, descolado da matriz produtiva – estaria na gênese da crise.

Nossa interpretação não vai nessa linha de raciocínio. Consideramos que a crise econômica em curso anuncia uma ruptura mais profunda. A metodologia sugerida por Marx – a exigência do método dialético de que a teoria deve ser modelada segundo os contornos da realidade abordada – contribui para desvendar a essência da ruptura que essa crise manifesta.

Distintamente das análises apresentadas comumente, afirmamos na esteira dos autores Roggero (2009), Vercellone (2009), Fumaggali (2009), Marazzi (2010) de que a crise atual questiona a dicotomia entre a economia real e a economia virtual, promovendo uma financeirização:

O que a crise estourou completamente foi a dicotomia – ainda cara a muitas esquerdas – de economia real *versus* economia financeira. Hoje nossas vidas estão inteiramente no processo de financeirização: quando usamos o cartão de crédito ou o cheque especial, quando recorremos a empréstimos para ter acesso a necessidades fundamentais (casa, formação, mobilidade, e principalmente a saúde), quando uma parte dos salários é paga em *stock option* (ações) ou as pensões se tornam fundos de investimentos (ROGGERO, 2009, p. 05).

Desta forma, a financeirização inseriu-se em, praticamente, toda economia cotidiana redefinindo os ciclos de expansão e crise, superando seu caráter estrutural das análises clássicas, pois:

para a economia clássica e moderna, a financeirização e a crise intervinham no final do ciclo, após a expansão da economia real ligada à afirmação de um modelo produtivo. Hoje, a financeirização não só recobre o ciclo econômico inteiro, mas põe em discussão a própria categoria de ciclo. Logo, a crise, longe de estar confinada a uma fase descendente do ciclo e de preparar uma nova expansão, tornando-se impulsionadora de uma dinâmica de crescimento, não é mais somente um dado estrutural do desenvolvimento capitalista, mas torna-se seu elemento permanente e insuperável (ROGGERO, 2009, p. 05).

O mesmo afirma Vercellone (2009, p. 14): “A crise não é de desregulação [...] sou resolutamente crítico em face da tese dominante, segundo a qual a crise atual seria uma crise de origem financeira que só teria afetado num segundo tempo a economia dita real”. Segundo o economista, o erro de análise inspira-se numa concepção autenticamente keynesiana, ou marxo-keynesiana. Para esta análise, o sentido e a profundidade da crise atual se encontrariam no conflito entre a vocação rentável do capitalismo financeiro e o ‘bom’ capitalismo produtivo, portador, este, de uma lógica de acumulação favorável ao crescimento da produção e do emprego. A relação entre capital produtivo *versus* capital financeiro já não existe mais, afirma Vercellone (2009, p. 14), pois: “insistir nas finanças como se tratasse de um poder autônomo quase absoluto, tende a fazer esquecer a compenetração entre capital financeiro e capital produtivo e as outras causas socioeconômicas que estão na origem da crise sistêmica do capitalismo contemporâneo”.

Ou seja, o que precisa ser compreendido, neste momento, é que a financeirização não é mais um processo externo à produção. Constitui-se, ao contrário, sua forma econômica real, com impacto em toda a dinâmica econômica, conforme aponta Fumaggali (2009, p. 41):

atualmente os mercados financeiros são o coração pulsante do capitalismo cognitivo. Eles financiam a atividade da acumulação: a liquidez atraída para os mercados financeiros recompensa a reestruturação da produção que visa à exploração do conhecimento e ao controle de espaços externos aos negócios tradicionais.

Nesse sentido, a financeirização – longe de contrapor-se à economia real – é a forma da economia capitalista apta para exercer o comando sobre o capitalismo produtivo no mundo contemporâneo e para a compreensão de uma das dimensões de sua crise.

Ao mesmo tempo, a crise econômica não é apenas de macro teoria, é também de natureza ética. Todo sistema histórico de organização da sociedade necessita de uma base de legitimação moral. Com a crise rompeu-se a ética de um sistema fundado em valores que decorrem da máxima “vícios privados, benefícios públicos”, ou seja, a ideia de Bernard de Mandeville, de que a sorte dos demais é, em última instância, uma manifestação do nosso amor-próprio, do nosso auto-interesse. A tese do egoísmo como virtude exposta por Smith

(2001) ao destacar que a busca compulsiva do próprio interesse conspiraria para a elevação do bem-estar da sociedade falhou. A cobiça desmedida dos agentes financeiros desatou a crise. *Wall Street* desmoralizou-se, não apenas em função dos prejuízos brutais, mas também porque os fundamentos do sistema auto-regulado se demonstraram-se ineficientes. O evangelho do mercado: reduzir o Estado, quebrar a coluna dos sindicatos, cortar os gastos sociais, desregular o mercado financeiro e abrir as comportas para o livre fluxo de bens e serviços transformou-se num rotundo fracasso.

Tal prática baseia-se numa filosofia moral, de corte utilitarista que, fundamentada no empirismo positivista e numa perspectiva da ética como produto da vocação egoísta do ser humano que, como aponta Caillé, *apud* Martins (2012, p. 69):

[...] calificamos como utilitarista toda doutrina que repousa sobre la afirmación de que los sujetos humanos son regidos por la lógica egoísta del cálculo de los placeres y penas, o aún, por el mero interés, y que es deseable que sea así pues no existe outro fundamento posible para las normas éticas distinto a la ley de la felicidad de los individuos o de las colectividades de individuos¹.

Nesta perspectiva assistiu-se ao retorno do protagonismo do Estado que havia sido colocado de lado. Tem-se aqui uma emergência na linha do que preconiza esse artigo. O impensável aconteceu: o Estado deixou de ser o problema para voltar a ser a solução. Na realidade o Estado se tornou a tábua de salvação do capitalismo – assistiu-se desde 2007 na Europa e na América um derrame de dinheiro público para salvar bancos e fábricas. O dinheiro que nunca se tem para aplicar na redução da pobreza e da desigualdade no mundo apareceu para resgatar os interesses dos mais poderosos.

A crise econômica anunciou também o fim do unilateralismo e a possibilidade de um mundo multipolar. Ao longo do século XX, o poder global caracterizou-se pela bipolaridade, principalmente no pós-guerra, quando os Estados Unidos e a antiga URSS exerceram a hegemonia sobre o destino de centenas de países. Com a fragmentação e a derrocada do socialismo estatal, os EUA triunfaram soberanamente no mundo nos últimos anos do século XX, que posteriormente, transformou-se na “Pax Americana” e seus corolários mais evidentes, o unilateralismo e o ataque preventivo como aponta Ikenberry (2002/2003) e inclusive com análises ufanistas que proclamavam o “fim da história” como em Fukuyama (1992). Entretanto, a profunda crise que tomou conta do mundo desordenou os prognósticos sobre a geopolítica mundial e sobre a construção histórica que permanece em aberto. Ainda é cedo para saber se o mundo sairá da crise com uma distribuição compartilhada do poder. De qualquer forma, o unilateralismo americano vem gradativamente perdendo força. A crise financeira certamente contribuirá para a perda relativa do poderio americano. Desta forma, parece cada vez mais evidente que, no século XXI, a China, entre outras forças emergentes, jogará um papel cada vez mais decisivo nos mercados financeiros internacionais, considerando-se que parte dos recursos aportados no salvamento das instituições financeiras é sua propriedade (LYRIO, 2010; ALTEMANI, 2012).

¹ Como aponta Martins (2012), a crítica a tal perspectiva tem sido impulsionada pelo Movimento Anti-utilitarista em Ciências Sociais (M.A.U.S.S.) e pode ser contestada pela noção de Dom (e Dádiva), presente na obra de M. Mauss, visto como um modelo triádico da ação social que implica em doação, recepção e retribuição como outro mecanismo possível para pensarmos a troca (material ou simbólica) nas sociedades.

A CRISE ECOLÓGICA COMO RESULTADO DA CRISE DE UM PROJETO CIVILIZATÓRIO

Dentre as rupturas em curso uma das maiores, senão a maior, é a crise ecológica. O planeta Terra dá sinais cada vez mais reiterados e evidentes de esgotamento. Os sistemas físicos e biológicos alteram-se rapidamente como nunca antes aconteceu na história da civilização humana. Desde o relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) de fevereiro de 2007, já não há mais contestação de que o responsável pela evolução acelerada da tragédia ambiental é a ação antropogênica sobre a Terra. À época, o informe dos pesquisadores e cientistas foi categórico e não deixou espaço para dúvidas ao afirmar de forma contundente – o relatório utilizou a expressão “inequívoca” – que o aquecimento global se deve à intervenção humana sobre o planeta.

Destaque-se que para muitos, as previsões do IPCC já estão defasadas. O quadro hoje seria pior do que o alardeado pelos cientistas no relatório de 2007. Estudo² apresentado por pesquisadores afirma que alguns limites planetários já foram ultrapassados. Segundo o estudo três dos limites já foram transgredidos: os do aquecimento global, a extinção de espécies e o ciclo do nitrogênio. Outros quatro estão próximos: uso da água doce, conversão de florestas em plantações, acidificação dos oceanos e ciclo do fósforo. Os outros dois são a contaminação química e a carga de aerossóis na atmosfera.

Associada à crise ecológica, encontra a crise energética. A civilização moderna é insaciável por energia. A voracidade por energia está associada aos padrões sempre crescentes de produção e consumo. A energia impostou-se no centro do desenvolvimento neste início do século XXI. Não há país no mundo hoje que não esteja às voltas com a questão energética, que tem hoje o potencial de estrangular qualquer economia. O mundo necessita sempre mais de petróleo, carvão, gás, eletricidade, energia nuclear e agora biocombustíveis. As matrizes energéticas, via de regra, se produzem a partir de uma lógica concentrada e concentradora, além de refém do gigantismo – basta pensar aqui nas gigantescas estruturas para extração e refino de petróleo, nas hidrelétricas e usinas nucleares (RIFKIN, 2003).

As matrizes energéticas centralizadoras, poluidoras e devastadoras do meio ambiente – tributárias da sociedade industrial –, apresentam enorme ameaças a biodiversidade e perigos à civilização humana, particularmente no caso da energia nuclear.

Estas situações representam a expressão material do que se convencionou, atualmente, como crise ambiental. Para muitos autores como Santos, 2000; Leff, 2000; e Touraine, 1999; a crise ambiental tem dimensões mais profundas: ela resulta do esgotamento do projeto civilizatório da modernidade. A concepção clássica de modernidade, segundo Touraine (1999)

² O estudo foi coordenado por Johan Rockström, da Universidade de Estocolmo, e outros 28 cientistas de Universidades e Institutos europeus, norte-americanos e australianos e publicado no sítio www.stockholmresilience.org/planetary-boundaries. Fonte: *El País*, 4-10-2009.

é ao mesmo tempo filosófica e econômica e se define pelo triunfo da razão, pelas ideias de libertação e revolução. No entanto, a modernidade mais procurou ordenar, regular do que pôr a sociedade em movimento. Isto ocorreu porque o encontro da modernidade com as teorias liberais, ou seja, a face econômica deste projeto, que se expressou com o capitalismo, acabou suprimindo os ideais emancipatórios. Portanto, para o autor “a força libertadora da modernidade enfraquece à medida que ela mesmo triunfa” (TOURAINÉ, 1999, p. 99). Em sentido análogo, Leff (2001) afirma que o projeto de modernidade tem uma dívida para com a humanidade, uma “dívida da razão”:

É uma dívida que quis libertar o homem e os povos da ignorância mitificadora, das cadeias da escassez, e que acabou ocultando seus intuítos, impondo uma razão que escraviza, sujeitando a razão às normas da racionalidade econômico-tecnológica e aos efeitos da racionalização gerada pela razão do poder. Este movimento da razão certamente nos legou o conhecimento científico, o pensamento crítico, a liberdade e a democracia; mas também nos legou uma razão cegante do mundo (a mão invisível, as leis cegas do mercado) que nos aterram porque em sua invisibilidade burlam e iludem a razão. A meta iluminista da modernidade e a emancipação do homem convertem-se em alienação [...] (LEFF, 2001, p. 40-41).

Para Touraine (1999) o esgotamento do projeto de modernidade transforma-se em sentimento angustiante, do sem sentido, de uma ação que não aceita outros critérios que os da racionalidade instrumental. Ao mesmo tempo em que se observa os limites desta racionalidade. A racionalidade moderna propalada, na sua expressão capitalista acabou criando tantas irracionalidades que colocou em xeque sua própria base de reprodução, o meio ambiente. Nas palavras de Santos (2000) uma razão irracional que se comprometeu para poder se reproduzir. Processo evidenciado também por Leff (2000a) usando uma citação de Marcuse:

No desenvolvimento da racionalidade capitalista, a irracionalidade converte-se em razão: razão como desenvolvimento desenfreado da produtividade, conquista da natureza, aumento da quantidade de bens; mas irracional porque o incremento da produtividade, do domínio da natureza e da riqueza social, convertem-se em forças destrutivas (*apud* LEFF, 2000a, p. 237).

Assim para Leff (2000a) a crise ambiental não é apenas o reflexo do esgotamento de um modo de produção; ela revela, sobretudo, a decadência de um projeto civilizatório, o da modernidade e do seu estilo de desenvolvimento. “A degradação ambiental manifesta-se assim, como um sintoma de uma crise de civilização, em que o desenvolvimento de tecnologia predomina sobre a natureza” (LEFF, 2001, p. 17), em que esta mesma natureza é também elemento da reprodução do Capital; modelo que converteu a própria ciência em força produtiva na concepção de Santos (2000). Crise que se expressa na negação da diversidade cultural e étnica, assimilando toda a diferença em sua hegemonia homogênea, na desterritorialização das localidades, na criação do tempo e da falta de tempo, enfim, na unidimensionalização

das possibilidades da vida humana. Uma era de vazio, num mundo sem substância, sem referência, de significados oprimidos no qual os sentidos da vida se evaporaram (LEFF, 2000),

Apesar da constatação da crise do projeto de modernidade, tanto Touraine, quanto Leff (2000 e 2001) e Santos (2000) observam esse momento, como uma possibilidade criadora. Para Leff, a crise ambiental é capaz de assumir o protagonismo no enfrentamento da modernidade. O autor afirma que “la complejidad ambiental se está configurando en el tránsito hacia el tercer milenio, desde la modernidad truncada hacia una posmodernidad indefinida, para construir una nueva racionalidad, capaz de resignificar y abrir los cauces de la história” (LEFF, 1994 *apud* LEFF, 2000, p. 67).

As divergências entre os autores no que se relaciona a crise da modernidade se assentam nas formas de condução deste novo momento. Para Santos, esta crise apresenta uma possibilidade de transição, que deverá ser buscada sem conservar as raízes do projeto moderno, uma transição que considere a possibilidade da existência de outros mundos, de outros modos científicos de apreensão das formas de organização social que estão se gestando. O ponto de partida para essa reconstrução, no que Leff também concorda, é crise ambiental. Para Santos (2000, p. 43): “No final do século a única utopia realista é a utopia ecológica e democrática, porque se assenta num princípio de realidade que é crescentemente partilhado e que por isso tem a virtualidade de construir ideias hegemônicas [...]”.

Para Touraine e Leff esta transformação se dá no âmbito da própria modernidade. Por isto Touraine defende a ampliação desta noção. Para ele, o projeto moderno não pode ser apenas entendido no âmbito da racionalização técnica, da qual ele mesmo é crítico. Tal ampliação resultaria no que o autor denominou de modernidade reflexiva, o que implica em apreender a modernidade em seu aspecto positivo, naquilo que ela possui de inovador, ou seja, reabilitar o seu caráter emancipatório através da junção da racionalização e subjetivação³. Esse alargamento de sentido ou essa reflexividade somente ocorreria através do renascimento do sujeito; concebido pelo autor como movimento social. Nestas circunstâncias, a defesa da democracia torna-se fundamental para Touraine a media que se constitui como estratégia para o reencantamento do mundo, como política de resistência à razão instrumental.

CRISE DO FORDISMO: ALTERAÇÃO DO PADRÃO ORGANIZACIONAL-TECNOLÓGICO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

A ruptura com a sociedade industrial, provocada pela reorganização das forças produtivas, a erosão do Estado-Nação e o seu (re)direcionamento para desfazer o contrato do bem-estar social, estão na origem da nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e engendram três “novas” categorias de trabalhadores: os integrados, os semi-integrados e os excluídos. No primeiro grupo, estão os trabalhadores vinculados aos circuitos das redes mundiais de produção – bem pagos, porém em número cada vez mais reduzido; no segundo grupo, estão aqueles que se encontram em situação de ‘risco’ – os que trabalham

³ Para Touraine esta subjetivação é um movimento cultural tanto quanto a própria racionalização.

precariamente de forma intermitente; e, no terceiro grupo, estão os excluídos – aqueles que estão fora da sociedade salarial, situam-se no mercado informal e descobertos de qualquer rede de proteção social, a não ser as políticas assistencialistas de mitigação da miséria – os “inúteis para o mundo” de que fala Castel (1998).

Note-se, porém, que essas categorias convivem nos espaços infra-regionais, mesmo naqueles do capitalismo avançado, como também em espaços do capitalismo tardio, ou seja, por um lado é comum, hoje, encontrar trabalhadores pobres na América do Norte e na Europa, como também é comum encontrar trabalhadores altamente qualificados, nos países emergentes, integrados às redes mundiais de produção – basta pensar aqui nas montadoras tributárias da Revolução Tecnológica ou nos polos avançados de pesquisa na área da informática. A realidade convencional, porém, é que os trabalhadores do Sul são efetivamente mais pobres do que os trabalhadores do Norte e, na nova Divisão Internacional do Trabalho, cabe-lhes o pior lugar. Por isso, milhares deles, do Sul, tentam ascender ao inclusivo mundo do trabalho do Norte, que já foi melhor, mas que ainda provisiona, a sua classe trabalhadora, uma importante rede de proteção social.

Uma das alavancas, que está na base da nova Divisão Internacional do Trabalho, tem a ver com reorganização das forças produtivas – a Revolução Tecnológica para uns, ou Revolução Informacional para outros.

Assiste-se a uma revolução das forças produtivas comparável à mesma envergadura produzida pela Revolução Industrial. Mudanças profundas que alteram significativamente o modo produtivo e desorganizam o mundo do trabalho que se conhece. A introdução de novas máquinas-ferramentas, com mais recursos, incorporando tecnologia informacional, é a novidade da Revolução Tecnológica. Sob a perspectiva do processo produtivo, essa revolução assume um caráter profundamente transformador. O caráter inovador da Revolução Tecnológica/Informacional reside no fato de que ela supera o tratamento que era dado à informação pela Revolução Industrial anterior. As Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC) agem diretamente sobre a informação e “não são apenas informações de que dispomos para agir sobre a tecnologia, como foram os casos das revoluções tecnológicas anteriores [...] e permitem a possibilidade de estruturar o não estruturado, de criar interação” (CASTELLS, 1999, p. 78).

Nas revoluções anteriores, o conhecimento esgotava-se no invento propriamente dito. As pessoas aprendiam e assimilavam o uso dessas tecnologias, usando-as. Nesta revolução, o conhecimento é utilizado para gerar mais conhecimento, num processo cumulativo sem fim. Aprende-se a tecnologia, fazendo: “O conhecimento [nesta revolução] não é simplesmente uma ferramenta a ser aplicada, mas um processo a ser desenvolvido. Não há passividade diante da máquina e sim integração, interação” (CASTELLS, 1999, p. 51). O que está na origem da sociedade pós-industrial, portanto, é a introdução de novas tecnologias. Para usar uma expressão de Marx, a *differentia specifica* dessa sociedade, particularmente da reorganização do trabalho, é o aporte de tecnologias inovadoras.

A Revolução Tecnológica transformou o processo produtivo e o trabalho. Na sociedade industrial, o trabalho insere-se na esfera da reprodução, dispensa o conhecimento, está preconcebido e atende a um padrão tecnológico e organizacional estruturado de antemão. As tarefas são rotineiras, repetitivas, e podem ser pré-codificadas e programadas para que as

máquinas as executem. Na sociedade industrial, o trabalho mais homogêneo corresponde ao dispêndio de energia, esforço muscular, adequado à “especificidade das tecnologias mecânicas – e das formas de divisão e de organização do trabalho que caracterizaram seu uso – repousa sobre a especialização da máquina e, portanto sobre a heterogeneidade das máquinas” (CORSANI, 2003, p. 21). A relação homem/máquina é despojada de qualquer enriquecimento. Trata-se de uma relação racionalizada por procedimentos que manifestam uma interação mecanicista. O saber operário não é reconhecido, ou apenas parcialmente, por encontrar-se circunscrito nos padrões pré-estabelecidos pela máquina. Há um limite interposto que é o ‘saber morto’ objetivado na máquina, que bloqueia a possibilidade do ‘saber vivo’ do operário. A máquina é especializada e “sua função e seu uso são predeterminados segundo a natureza dos conhecimentos que incorpora. Diante dessa máquina, o trabalho, separado do conhecimento, esvazia-se de qualquer especificidade singular” (CORSANI, 2003, p. 21). Ao trabalhador não é exigido acréscimo de conhecimento ao processo produtivo, uma vez que “a máquina, enquanto cristalização do saber, enquanto trabalho morto impõe sua lei de funcionamento ao trabalho vivo” (CORSANI, 2003, p. 21).

Agora, com a introdução das Novas Tecnologias da Comunicação e Informação, as mudanças são significativas. Cada vez mais a valorização do trabalho repousa sobre o conhecimento, sobre a capacidade de interação com a máquina, superando a mera subordinação. Trata-se do que se denomina de “sistema de produção de conhecimentos por conhecimentos” (CORSANI, 2003). Na nova forma de se organizar o trabalho e ativá-lo, busca-se a reconquista da parte do trabalho vivo que o desenvolvimento histórico do capitalismo tentou aniquilar. Ao capital da sociedade pós-industrial interessa a mercadoria do corpo não apenas como unidade biológica, mas como corporalidade social, ou seja, aquilo que ele reúne em si, como parte integrante de uma capacidade produtiva maior, que se reúne no *intellectu general* – o cérebro social de que fala Marx. São o conhecimento, a competência linguística, a cooperação singular, que agregam valor ao processo produtivo, ou seja, recursos imateriais (NEGRI; HARDT, 2005).

Em síntese, a sociedade industrial, taylorista-fordista, mobilizou massas enormes de trabalhadores e os empurrou para uma divisão técnica do trabalho que lhes reservava tarefas simples e repetitivas. O operário fordista é duplamente massificado: pela reincidência diuturna a que é submetido, num processo produtivo estandardizado, e pela negação de suas características pessoais, subjetivas.

Essa sociedade, entretanto, está em reviravolta. Embora ainda homogênea, a essência da sua forma de organizar a produção é empurrada cada vez mais para a periferia do núcleo propulsor do novo capitalismo. A principal fonte do valor reside agora na criatividade, na polivalência e na força de invenção dos assalariados e não apenas no capital fixo, a maquinaria. A capacidade de interação, de iniciativa, de disponibilidade, de ativação, é requerente no modo de ser no trabalho das empresas. O *plus* do trabalhador, ativado por seus recursos imateriais, é considerado central no novo modo produtivo e essencial na organização da força de trabalho (VIRNO, 2002).

Temos aqui, portanto, uma primeira mudança substancial no mundo do trabalho. Agora, o capitalismo produtivo exige sempre e cada vez mais uma mão de obra altamente qualificada, capaz de agregar conhecimento ao processo produtivo, na perspectiva do aumento

produtividade, condição indispensável num mercado altamente competitivo. Situam-se, nessa condição, os trabalhadores que denominamos de “integrados”, ou seja, trabalham em nichos produtivos de alta tecnologia. São bem pagos, porém em número reduzido, quando comparados aos que se situam na condição de “semi-integrados” e “excluídos”.

No contexto da reorganização das forças produtivas, e acrescida à anterior, percebem-se outras mudanças substanciais em curso: trata-se do fato de que, com a Revolução Tecnológica/ Informacional, o capital produtivo concentra-se cada vez mais, requer menos mão de obra, elimina postos de trabalho do setor de ponta do capitalismo, o industrial, e altera a estrutura ocupacional. Ao contrário da Revolução Industrial, que incorporou maciçamente mão de obra, essa vem eliminando postos de trabalho, principalmente de transformação – secundário. A Revolução Tecnológica/ Informacional não requer mais o trabalho de todas as pessoas e de todo o trabalho das pessoas. Ela se faz na dispensa de trabalho, pois as inovações tecnológicas cada vez mais vão ocupando o lugar das pessoas. Afirma Castells (1999, p. 237): “O contrato social estabelecido no pós-guerra e sua política do pleno emprego encontram-se em declínio. O que muda substancialmente, a partir da Revolução Informacional, é a estrutura ocupacional”. Castells examina a evolução do mercado de trabalho dos principais países capitalistas que constituem o cerne da economia global, os chamados países do G-7, e destaca que, em todos eles, há uma redução do emprego industrial. Nota-se uma redução do quadro funcional, mantendo os empregos altamente qualificados indispensáveis por um lado, e por outro, subcontratação de parte do trabalho menos qualificado associado à utilização de mão de obra temporária.

Nesse contexto de incorporação de novas tecnologias, maximização da produtividade e redução de custos, muitas empresas realizam dois processos: por um lado, instalam plantas industriais em países em que os custos de mão de obra são mais baratos e, por outro, transferem parte do processo produtivo, particularmente a montagem, para esses mesmo países – maquiladoras. Outra mudança que se observa, advinda da Revolução Tecnológica, é a crescente concentração do capital produtivo. Observa-se que, cada vez mais, um reduzido número de grandes corporações gradativamente estende seus tentáculos sobre o mercado. Nos diferentes ramos produtivos, há um processo contínuo de aquisições e fusões. Sobrevivem apenas as denominadas *global players*, ou seja, empresas altamente competitivas com consequências severas para o mundo do trabalho.

O agressivo ataque dos interesses econômicos ao mundo do trabalho é outro fator que reconfigura a realidade do mundo do trabalho. Assiste-se, nas últimas décadas, a uma ofensiva do capital frente ao trabalho, que se manifesta no trinômio flexibilização, terceirização e precarização. A ordem do capital é desregulamentar. Estar-se-ia diante de uma vingança do capital após a conquista do Estado de bem-estar social. Livre das amarras da luta que se travou na arena pública, o capital retomou e deslocou o debate para a arena privada, ou seja, de agora em diante, é o mercado que define as regras do jogo. Nessa perspectiva, as relações de trabalho fazem-se sempre e cada vez mais num processo de relações institucionais de individualização, no qual os atores do trabalho se veem enfraquecidos, vide os sindicatos. Essa realidade manifesta-se através da alteração das normas que ajustam as condições contratuais – o contrato de trabalho. As empresas passam a contar com uma legislação que permite ajustar sua produção, emprego, salário e condições de trabalho ante as flutuações da economia, das inovações tecnológicas e, com outros fatores, tais como a sua estratégia de mercado.

Observa-se um processo de desregulamentação de direitos, que compreende as iniciativas de eliminação de leis ou outras formas de direitos, instituídos nos contratos coletivos, que regulam as condições e as relações de trabalho. Trata-se da eliminação, diminuição ou flexibilização dos direitos existentes. O ataque à 'normatização' do trabalho é mundial e está relacionado à nova ordem econômica internacional de corte neoliberal (ANTUNES, 2011).

A perda de força do Estado, na regulação das regras a serem acatadas pelo capital, é proporcionalmente relacionada à emergência do capital financeiro. O capital produtivo, com o aumento exponencial da produtividade, desobrigou-se de aumentar suas plantas industriais e, parte importante dos recursos acumulados, que anteriormente destinavam-se ao pagamento de salários, migraram para o mercado financeiro. A essência do neoliberalismo reside aí, na crescente força do mercado financeiro, que gradativamente promove uma ruptura entre o econômico e social. A mundialização dos mercados financeiros, articulada com o progresso das técnicas de informação, passa a assegurar uma mobilidade sem precedente dos capitais, que se autonomizam e passam a subordinar a esfera sociopolítica. Nessa perspectiva, quem passa a dar as regras, não são mais os Estados-Nações mas, antes de tudo, os fóruns supranacionais do capital, representados por paraestatais como Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial ou ainda os Bancos Centrais – hegemônicos pelos interesses da banca financeira - dos blocos econômicos como NAFTA e União Europeia (UE).

Neste sentido, a principal característica do mundo contemporâneo (pós- guerra fria) seria a consolidação de Estruturas Hegemônicas, como aponta Guimarães (2000, p. 28):

O conceito de estruturas hegemônicas é mais flexível e inclui vínculos de interesse e de direito, organização internacionais, múltiplos atores públicos e privados, a possibilidade de incorporação de novos participantes e a elaboração permanente de normas de conduta; mas, no âmago destas estruturas, estão sempre Estados nacionais.

Portanto, tais estruturas serviriam para abarcar complexos mecanismos de dominação, sob ação coordenada de diversos atores hegemônicos pelo capital que desenvolvem diversas estratégias (políticas e ideológicas) para a manutenção do status quo. A primeira se refere à política de expansão das agências internacionais que procuram normatizar as relações políticas e econômicas, determinando o que é permitido e legal tanto no plano internacional como nos países. Desta forma, passam a ter legitimidade políticas de monitoramento de governos e organismos em todos os cantos do planeta e a condenação, sob o aspecto da legalidade e legitimidade, de práticas alternativas. Neste sentido, também aponta Villa (2003, p. 56): "não constitui nenhuma novidade que organismos multilaterais regionais sejam utilizados como mecanismos de legitimação da ação estatal internacional do ator hegemônico".

A segunda estratégia, baseada na cooptação e fragmentação, se refere à inclusão de novos atores como sócios menores, isolando e condenando eventuais contestadores e/ou apoiando demandas que fragmentam a coesão nacional ou a percepção de que determinadas demandas são convergentes.

A terceira e, neste caso, mais importante estratégia das estruturas hegemônicas é a *geração e a difusão de ideologias*, em geral apresentadas como neutras, imparciais e objetivas, portanto, verídicas e verossímeis. Novamente, as agências internacionais se constituem no espaço de geração e legitimação, apresentando modelos e propostas que devem ser incorporados por todos. Ainda, nesta estratégia, verifica-se que o processo de formação das elites (políticas e econômicas, principalmente) é organizado a partir da difusão cultural e de um conjunto de medidas (bolsas, visitas, cursos, palestras...) que colonizam o desenvolvimento do conhecimento ao apontar como referência fundamental (muitas vezes única), nas diversas áreas disciplinares, autores e conceitos simpáticos à ordem capitalista.

Finalmente, a difusão ideológica é amplificada pelos meios de comunicação, refratários ao pensamento crítico, que naturalizam o modo de produção capitalista, influenciando padrões de comportamento e gerando uma visão de mundo conformada à realidade existente (GUIMARÃES, 2000, p. 29-32).

São essas forças supranacionais, comandadas agora pelo capital, que recomendam, exigem e instauram o reino absoluto da flexibilidade no mundo do trabalho. A regra é não ter regras. O que vale é o comando do mercado e não mais do Estado. A política passa a ser subordinada pela economia – de cerne rentista. O núcleo central da globalização é determinado pelo mercado que desestrutura a sociedade do trabalho.

CRISE ÉTICO-CULTURAL: (DES)RAZÕES DO VIVER EM COLETIVO

As rupturas em curso apontam ainda para uma crise do sentido humano. A grande transformação ético-cultural da sociedade atual caracteriza-se pela subordinação da vida ao mercado. O substrato profundo da crise está na

primazia das relações entre as pessoas humanas e as coisas sobre as relações das pessoas humanas com as pessoas humanas, das necessidades materiais sobre as relações entre as pessoas humanas – a sociedade. Instaura-se, portanto, uma profunda transformação das relações humanas. As relações entre as pessoas humanas passam a ser subordinadas às relações das pessoas humanas com as coisas (NEUTZLING, 2000, p. 47).

As relações são mercantilizadas e tudo se transforma em mercadoria. As sociabilidades familiares, comunitárias e públicas cada vez mais são invadidas pela lógica mercantil⁴. O mercado elevou-se a timoneiro da sociedade e submete a todos o imperativo do consumo como referencial e definidor de pertença à sociedade. A obsessão autoconsumptiva, o desejo permanente de possuir, leva o conjunto da civilização a um mal-estar: “Se anteriormente a situação de mal estar na civilização era produzida pelos limites impostos pela instância superegóiga ao gozo, na contemporaneidade é produzido por uma instância superegóiga que impõe um mandato de gozo incapaz de ser cumprido” (MELMAN *apud* ANDRADE, 2010, p. 02).

⁴ Basta pensar aqui nos serviços de *home care* que substitui a família no cuidado aos idosos, ou então as empresas privadas que organizam as festas familiares (das crianças, dos 15 anos, da formatura), as atividades de lazer, etc.

O que mobiliza as pessoas é o consumo na busca do – sempre adiável – “gozo”, “satisfação”, “imaginação”, “potência”. Procura-se no consumo o sentido para a existência. O “penso, logo existo” foi substituído pelo “consumo, logo existo” que deve levar ao “sinto, logo existo”. A obsessão consumptiva leva o consumidor a desejar coisas que o leve a viver experiências e sensações nunca cumpridas porque novas “experiências” e “sensações” já estão novamente disponíveis no mercado.

Frente ao “sujeito” da primeira modernidade, assiste-se a emergência da “subjetividade”. Frente aos temas da política e da economia, emerge o tema da cultura. Segundo Touraine (2006, p. 08), “as mudanças são tão profundas que nos levam a afirmar que um novo paradigma está em vias de substituir o paradigma social, assim como este tomou o lugar do paradigma político”. As categorias sociais da sociedade industrial, da primeira modernidade, tornaram-se insuficientes para a compreensão da sociedade hoje. A intuição de Touraine, é que hoje as “categorias culturais substituem as categorias sociais, onde as relações de cada um consigo mesmo são tão importantes quanto eram, outrora, a conquista do mundo”.

Com a modernidade, surge o conceito da autonomia, o direito de recusa daquilo que sempre foi considerado como natural e de conceder-se sua própria lei – o primado do individualismo: “a liberdade de cada um imprimir sua exterioridade com o selo de sua individualidade para nela poder reconhecer-se e fazer-se reconhecer” (MONOD, 2007, p. 03). A modernidade caracteriza-se pelo protagonismo do sujeito. A novidade agora, na segunda modernidade, ou pós-modernidade, é o fato da subjetividade “substituir” o sujeito. Está-se diante de uma espécie de neoindividualismo em que a ação coletiva, característica do sujeito na primeira modernidade, vai se tornando cada vez mais rara. Agora, os interesses próprios, subjetivos, é o que irriga a maior parte da cultura cotidiana.

Vivemos uma era caracteristicamente individualista que

logrou atrofiar nas próprias consciências a autoridade do ideal altruísta, desculpabilizou o egocentrismo e legitimou o direito de se viver a vida auto-centradamente. O espírito de sacrifício, o ideal de preeminência do próximo perdeu credibilidade: mais direitos para nós, nenhuma obrigação de se dedicar aos demais, tal é, em termos abruptos, a fórmula do individualismo cabal (LIPOVETSKI *apud* NEUTZLING, 2000, p. 47).

Atente-se, porém, que a nova subjetividade apresenta também aspectos emancipatórios. É nessa outra subjetividade que aos poucos vai se constituindo, que surgem as novas resistências. Basta pensar aqui nos novos movimentos sociais, nas redes sociais, no movimento ambientalista, nos movimentos de expressão cultural, nos movimentos de diversidade sexual, no movimento antiglobalização. A “subjetividade” que substitui o “sujeito” não é necessariamente negativa. Se por um lado, exacerba os imperativos do mercado, por outro, podem também ser resistência a ele. A subjetividade da segunda modernidade pode se traduzir em biopolítica (FOUCAULT, 1999).

A biopolítica é uma resposta ao biopoder, àquilo que escapa a imposição da sociedade produtivista-consumista (NEGRI; HARDT, 2005). É a ideia de uma produção de poder a partir do poder que se exerce. Possibilita uma resposta biopolítica da sociedade: não mais os poderes sobre a vida, mas potência da vida como resposta a esses poderes.

TEMPO DE EMERGÊNCIAS

É constitutivo às crises e rupturas o entrelaçamento do “velho” e do “novo”, que dificultam a análise e desafiam, inclusive, os paradigmas e conceitos tradicionalmente utilizados nas ciências sociais. A crise manifesta esgotamento e sugere mudanças, produzindo um leque de possibilidades que pode (ou não) ser acessado. O “novo” não está necessariamente explícito, mas revela-se aos poucos. Nessa perspectiva, faz-se necessário um olhar atento para perceber que nas rupturas anunciadas encontram-se também emergências que podem ou não consolidarem-se. Como visto, nas crises analisadas – econômica, ecológica, trabalho e cultural – algumas dentre outras, as rupturas em curso sinalizam embates entre permanências e emergências.

As emergências podem ser captadas na multitude de movimentos que contestam a gramática das permanências, particularmente dos movimentos indígena, ambientalista, de gênero e antiglobalização – “Povo de Seattle” (1999), “Povo de Porto Alegre” (2001), “Indignados” (2010), “Occupy Wall Street” (2011). Em nossa análise, esses “novos movimentos”, entre outros, sugerem que no interior da crise já se gestam alternativas, embora não se possa detectar um projeto global anti-hegemônico claro, viável, atraente e coerente. Esses novos movimentos manifestam uma “metamorfose” em curso: “Tudo recomeça por uma inovação, uma nova mensagem desviante, marginal, pequena, muitas vezes invisível para os contemporâneos”, como destaca Morin (2010).

Esses movimentos põem em causa o consumismo, a mercantilização da vida, o questionamento aos impactos ambientais das atividades econômicas, o produtivismo, o imperativo da busca dos interesses privados em detrimento dos interesses, dos bens e dos serviços coletivos, a reiterada utilização sistemática da violência pelas grandes potências. Todos eles comportam radicais proposições de alteração às permanências da sociedade vigente e sugerem novos arranjos institucionais, econômicos, jurídicos e sociais. Todos eles questionam a ordem estabelecida e propõem novas formas e modalidades de funcionamento da sociedade.

No caso latino-americano, como aponta Quijano (2005), tais movimentos desafiam o projeto de modernidade europeia baseados na persistência da colonialidade (em suas múltiplas dimensões) que teve como fundamento uma ideologia eurocêntrica, como verdade universal, que estabelecia uma visão histórica determinada pelo ideal de progresso, promovendo a invisibilidade dos não-europeus, articulada com o mercado monetarizado que propiciou a acumulação e expansão do capital, consolidando a relação Norte-Sul e determinou a construção da identidade, do desenvolvimento e do Estado-nação na região. Desta forma, assiste-se a uma emergência profunda que:

Enfim, os recentes movimentos político-culturais dos ‘indígenas’ e dos ‘afro-latino-americanos’ puseram definitivamente em questão a versão europeia da modernidade/razionalidade e propõem sua própria racionalidade como alternativa. Negam a legitimidade teórica e social da classificação ‘racial’ e ‘étnica’, propondo de novo a idéia de igualdade social. Negam a pertinência e a legitimidade do Estado-nação fundado na colonialidade do poder. Enfim, embora menos clara e explicitamente, propõem a afirmação e reprodução da reciprocidade e de sua ética de solidariedade social, como opção alternativa às tendências predatórias do capitalismo atual (QUIJANO, 2005, p. 26-27).

Desta forma, no embate entre as forças da permanência e das mudanças vai se configurando, embora de forma incipiente e multifacetada a sociedade pós-moderna.

CONCLUSÃO

Como demonstramos ao longo deste trabalho, vivemos tempos interessantes. O mundo contemporâneo, em suas múltiplas dimensões, encontra-se permeado por crises, rupturas e emergências, que desafiam a análise social.

Em relação às crises e rupturas, como apontamos, diversos aspectos parecem questionar, profundamente, o padrão hegemônico e os alicerces da sociedade contemporânea. Neste sentido, a crise econômica parece questionar o padrão de acumulação do capital e as relações relativas a regulação de tal processo, com a redefinição do papel do estado, mercado e sociedade e de redefinição dos pólos de poder global. Na dimensão ecológica, constata-se o esgotamento dos recursos naturais e a urgência de reorientação do padrão produtivo e do modelo de vida. Em relação ao trabalho, constata-se que nas últimas décadas, uma reconfiguração, em prol do capital, dos direitos e formas de atuação do trabalhador que, além de atingir sua centralidade, atinge a própria noção de bem-estar. Finalmente, no plano cultural percebe-se a crise do paradigma hedonista e a redefinição da identidade, bem como da constituição da própria subjetividade. Tais crises revelam mudanças profundas e apresentam-se como sinais que podem contribuir para a manutenção (e esgotamento dramático) da sociedade que conhecemos ou sua superação.

De todo modo, a estas (e outras) crises estão associados sinais de emergência que podem ou não prosperar. Tais sinais podem ser observados na atuação, até aqui desordenada, de diversos movimentos sociais, políticos e culturais, embora não se configurem em projetos políticos alternativos claros e definitivos, mas sim em movimentos de resistência e rupturas, talvez de caráter incipiente. Sendo assim, mesmo como resistências e rupturas parecem revelar uma série de emergências. Às ciências sociais o desafio fundamental é captar tais sinais de mudanças e contribuir para que um mundo melhor seja possível.

REFERÊNCIAS

ALTEMANI, Henrique. **Brasil e China: cooperação Sul-Sul e parceria estratégica**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012. v. 1.

ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro. **O cristianismo diante dos desafios da globalização da economia e da cultura contemporânea**. Paper, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECK, Ulrich. **Sociedade do risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo (Org.). **Capitalismo cognitivo**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.
- CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipóteses do capitalismo cognitivo. In: GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Org.). **Capitalismo cognitivo**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003. p. 15-32.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- FUMAGGALI, Andrea. Os mercados financeiros são o coração pulsante do capitalismo cognitivo. **IHU ON-LINE**, São Leopoldo, ano 9, n. 302, p. 41-44, 2009.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GORZ, André. **O imaterial**. São Paulo: Annablume, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v.4.
- GUIMARÃES, S. P. **Quinhentos anos de periferia**. Porto Alegre: UFRGS/Contraponto, 2000.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- IKENBERRY, John G. A ambição imperial. **Política Externa**, Nupri/Paz e Terra, v. 11, n. 3, p. 22-38, 2002/2003.
- LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
- LEFE, E. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau SC: FURB, 2000. 381p.
- _____. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. Espacio, lugar y tiempo: la reapropiación social de la naturaleza y la construcción local de la racionalidad ambiental. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Teoria e Metodologia em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba: Universidade Federal do Paraná – UFPR, n.1, 2000. 108p.
- LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.
- LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
- LYRIO, Mauricio Carvalho. **Ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. Brasília: FUNAG, 2010.
- MARAZZI, Christian. A sociedade: uma grande fábrica de produção de valor. **IHU ON-LINE**, São Leopoldo, ano 10, n. 327, p. 04-07, 2010. Entrevista realizada por Cesar Sanson e Graziela Wolfart.
- MARTINS, Paulo H. **La decolonialidad de América Latina y la heterotopía de una comunidade de destino solidária**. Buenos Aires: Estudios Sociológicos Editora, 2012.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MONOD, Jean-Claude. A secularização da secularização: possibilidades e limites da autonomia. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL O FUTURO DA AUTONOMIA. UMA SOCIEDADE DE INDIVÍDUOS? São Leopoldo, 21-24 maio de 2007. **Paper...** São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos (IHU), 2007. p. 01-29.

MORIN, Edgar. Elogio da metamorfose. **Le Monde**, 9 jan. 2010.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Multidão**. Rio de Janeiro. São Paulo: Record, 2005.

NEUTZLING, Inácio. Por uma sociedade e um planeta sustentáveis. A possível contribuição do humanismo social cristão na construção de um novo paradigma civilacional. In: OSOWSKI, Cecília (Org). **Teologia e humanismo social cristão**. São Leopoldo (RS): Editora Unisinos, 2000.

QUIJANO, Anibal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, IEA/USP, v. 19, n. 55, p. 9-32, set./dez. 2005.

RIFKIN, Jeremy. **A economia do hidrogênio**. São Paulo: Makron, 2003.

_____. **A era do acesso**. São Paulo: Makron, 2005.

ROGGERO, Gigi. Capitalismo cognitivo: A financeirização, em crise, é a sua forma econômica real. **IHU ON-LINE**, São Leopoldo, ano 9, n. 301, p. 05-09, 2009.

RULLANI, Enzo; ROMANO, Luca. **Il postfordismo**. Milão: Etaslibri, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000. v. 1.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. São Paulo: Record, 2006.

SMITH, Adam. **Riqueza das nações**. Curitiba: Hemus, 2001.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2006.

VERCELLONE, Carlo. A crise e os contornos de um “socialismo totalitário do capital”. **IHU ON-LINE**, São Leopoldo, ano 9, n. 301, p. 12-19, 2009.

_____. Um panorama sobre a nova divisão cognitiva do trabalho. **IHU ON-LINE**, São Leopoldo, ano 4, n. 161, p. 17-21, 2005.

VILLA, R. A. D. A questão democrática na agenda da OEA no pós-guerra fria. **Revista de Sociologia e Política**, UFPR, Curitiba, n. 20, p. 55-68, jun. 2003.

VIRNO, Paolo. **Grammaire de la multitude**. Québec: Conjectures & l'éclat, 2002.